

ÍNDIOS NA CIDADE - TERRITORIALIDADE E EXCLUSÃO SOCIAL: UMA ANÁLISE COM BASE NA OBRA “O CORTIÇO”

Beatriz Gomes Rodrigues¹

RESUMO

O estudo das relações socioculturais nos grandes centros urbanos do Brasil é amplo e complexo. São várias as abordagens realizadas que versam o entendimento e a compreensão do meio urbano, das relações de classe e poder, de territorialidade e racialização.

A abordagem do surgimento dos primeiros aglomerados urbanos, do desenvolvimento das grandes cidades e as relações socioculturais presentes nesse contexto pode ser vista na obra de Aluísio de Azevedo, livro intitulado O Cortiço.

Elementos e situações descritas em O Cortiço podem ser vistas atualmente nas sociedades atuais ditas “modernas”. Tendo isso como base, busco analisar o modo de relação entre comunidades indígenas que vivem atualmente nas periferias das grandes cidades e suas formas de espacialização e meios de apropriação das esferas urbanas. Dessa maneira, busco fazer uma correlação entre territorialização e exclusão social, tentando criar um *link* dessas discussões com a obra O cortiço.

Palavras-chave: Povos Indígenas; Índios na Cidade; O Cortiço; Territorialidade e Exclusão Social; Marginalização.

ABSTRACT

The study about the social cultural relationships in the big urban Brazil centres is wide and complex, there are several approaches made, that try to understand the urban environment, relationships between social classes and power, territoriality, racialization.

In Aluísio Azevedos’ s book “O Cortiço” we can find an approach about the arise of the firsts urban agglomerations, the big cities development and the social cultural relationships in that context.

Elements and situations described in “O Cortiço” can be found currently in the so called “modern” societies, based on that I will try to analyse the relationships between indigenous communities living in the big cities outskirts at the moment, their ways of spatialization and ways of appropriation in the urban spheres, thus I’m looking to do the correlation between social exclusion and territorialisation trying to create a link about that discussions with the book “O Cortiço”.

Keywords: Indigenous; Indigenous in the City; O Cortiço; Territoriality and Social Exclusion; Marginalization.

¹ Universidade de Lisboa- Faculdade de Letras / Portugal. E-mail: bia_geo51@hotmail.com.

1 A OBRA O CORTIÇO

O livro *O Cortiço* foi publicado em 1890, assentado nas bases do naturalismo, dessa maneira, o autor busca retratar a realidade em que se encontra o Brasil no século XIX. A obra é o retrato de uma sociedade que transitava da escravidão e do patriarcado rural para o modelo de produção assalariado e urbano.

A obra *O Cortiço* retrata a realidade de uma camada social marginalizada, descreve uma gama de tipos humanos, cada qual com seus problemas e conflitos, conflitos entre diferentes classes sociais e econômicas, entre o explorado e o explorador. Narra a história de trabalhadores pobres, alguns até miseráveis, tendo como eixo principal a degradação motivada pelo vício, promiscuidade e violência. Faz uma dura crítica social, denuncia preconceitos raciais e a exploração do homem pelo homem.

Dessa forma, o autor construiu de forma minuciosa, formando uma teia dramática, “o proletariado urbano que surge na obra para explicar as mudanças sociais, as amarguras do homem da cidade e seu destino visivelmente às escuras, determinado pelo meio, pela descendência e pelo momento histórico” (SILVA, 2008, p. 28).

Na obra estão presentes três teorias que foram predominantes no meio científico do século XIX no Brasil: o Positivismo de Augusto Comte, que se estrutura na ciência e na razão, o determinismo de Hypolite Taine, baseado na raça, ambiente e momento histórico, e o evolucionismo de Charles Darwin (SILVA, 2008).

Esboçando uma visão pejorativa do país, Aluísio de Azevedo interpreta a mistura de raças e sua convivência cotidiana em forma de “promiscuidade da habitação coletiva”, transformando, assim, o cortiço em um “Brasil miniatura”, onde, “brancos, negros e mulatos eram igualmente dominados e explorados por esse bicho-papão dos jacobinos, o português ganhador de dinheiro, que manobrava tantos cordéis de ascensão social e econômica nas cidades” (CANDIDO, 1993, p. 120).

Na composição, o cortiço é o centro de convergência, o lugar por excelência, em função do qual tudo se exprime. Ele é um ambiente, um meio – físico, social, simbólico – vinculado a certo modo de viver e condicionando certa mecânica das relações. Mas além e acima dele o romancista estabeleceu outro meio mais amplo, a “natureza brasileira”, que desempenha papel essencial, como explicação dos comportamentos transgressivos, como combustível das paixões e até da simples rotina fisiológica (CANDIDO, 1993, p. 120).

O cortiço representa, dessa maneira, não apenas o modo de vida singular do operário no Brasil, mas descreve, por meio de aspectos e características comuns, a definição de um país inteiro.

2 DA FICÇÃO PARA A REALIDADE URBANA DO RIO DE JANEIRO

Na transição do feudalismo para o capitalismo, quando as terras pertencem aos senhores feudais, a cidade aparece como o lugar do trabalho livre. O burgo, lugar onde o trabalho livre é possível, concentra os artesões; o pedreiro, o alfaiate, mas também os comerciantes. Este lugar, a cidade, se diferencia do campo, entre outros motivos, pela possibilidade desse trabalho livre. A cidade aparece, então, como uma semente de liberdade; gera produções históricas e sociais que contribuem para o desmantelamento do feudalismo (SANTOS, 1988, p. 19).

Com a transição do feudalismo para o capitalismo, as cidades tomam força e poder, imbuídos nesse processo, a classe revolucionaria deixa de ser a aristocracia e passa a ser a burguesia. No Brasil do século XIX, com a ascensão da industrialização nos grandes centros urbanos, com o aumento progressivo da chegada de imigrantes e com o grande número de escravos libertos, tem-se um crescimento desenfreado da população urbana, em paralelo a isso, tem-se o crescimento desordenado das habitações urbanas (ROLNICK, 1989).

A vinda massiva de estrangeiros para o Brasil significou não só um crescimento populacional intenso, mas também um branqueamento populacional no país, bem como uma intensa redefinição do território. Essa reestruturação do território visava moldar a sociedade senhorial/escravista aos padrões das cidades capitalistas (ROLNICK, 1989).

Um dos principais desafios nessa época, para esses grandes centros urbanos, com taxas demográficas elevadíssimas, com mudanças nas formas políticas e econômicas, fazendo que mais e mais trabalhadores se inserisse na rede informal e precária do trabalho, era o controle no aumento das habitações precárias. Essas ocupações eram, em sua maioria, feitas muitas vezes em locais “invadidos” e ocupados (YATZIMIRSKY, 2009).

Ao que tudo indica, os administradores da Corte começaram a notar o surgimento de cortiços na cidade do Rio de Janeiro já nos primeiros anos da década de 1850. Como já referido anteriormente, com o crescimento no fluxo migratório de europeus, o aumento de alforrias e escravos libertos, houve um aumento na demografia urbana, isso acarretou um aumento no preço dos aluguéis para as classes mais desfavorecidas (CHALHOUB, 1996).

Em 1855 um projeto que versava unicamente sobre cortiços foi apresentado na Câmara municipal, no Rio de Janeiro. O fiscal da Freguesia de Santa Rita e redator do projeto argumenta que: “O preço elevadíssimo das casas nessa Capital deu lugar à fundação de moradas, conhecidas pelo nome muito significativos de cortiços, onde em pequenos quartos habita uma população das classes menos abastadas, como é sabido” (CHALHOUB, 1996, p. 31).

A necessidade de alugueis mais baratos e de construção de moradias mais acessíveis para atender essa demanda de trabalhadores, com a possibilidade de obtenção de altos lucros

por parte dos proprietários desses cortiços, como também de arrendatários de prédios e terrenos, fizeram com que se multiplicassem cada vez mais esse tipo de moradia precária (VAZ, 1994).

A partir de 1885, com o aumento nas taxas de mortalidade, tomaram corpo discussões e preocupações referentes à salubridade pública em geral, como também, questões relacionadas às condições de higiene nas habitações coletivas. Esse processo desencadeou na criação da Junta Central de Higiene, órgão do governo imperial que tinha como objetivo cuidar das questões relacionadas à saúde pública (CHALHOUB, 1996).

Por Intermédio de Engenheiros, Médicos e empresários, que tinham interesses particulares pela questão da insalubridade nas habitações públicas, houve uma rápida disseminação dos discursos higienistas, e o pedido de condenações das habitações populares, sendo estas insalubres ou não, além do que, houve abstenção em apontar as más condições de higenes em habitações não coletivas, como fabricas escolas, etc. (VAZ, 1994).

Através deste discurso, o termo cortiço se generalizou e foi definido pelo seu conteúdo negativo. O Cabeça-de-Porco, um dos maiores cortiços do Rio antigo, arrazado em circunstâncias espetaculares pelo poder público foi consagrado como símbolo das habitações coletivas insalubres do século XIX (Vaz, 1986). O nome Cabeça-de-Porco se incorporou ao nosso vocabulário como sinónimo depreciativo de habitação coletiva popular e insalubre (VAZ, 1994, p. 584).

As mesmas preocupações que desencadearam em ações contra os cortiços também puderam ser notadas em relação ao saneamento da cidade, principalmente na sua zona mais antiga e mais densamente povoada. O objetivo aqui ia muito além de higienizar a cidade, havia por trás disso a necessidade de se redesenhar uma nova Capital federal, uma capital que pudesse se adequar ao novo perfil social e econômico em ascensão, ao qual era inconcebível com as antigas estruturas urbanas coloniais (VAZ, 1994).

Todas essas discussões e mobilizações em torno de um projeto para uma reformulação socioterritorial desencadearam na primeira grande intervenção do poder público sobre o espaço urbano, entre 1902 a 1906, durante o Governo Pereira Passos. O projeto direcionado à renovação urbana realizou uma série de intervenções e melhoramento na malha urbana carioca (VAZ, 1994).

Mais conhecido como “bota-abaixo”, as obras de reestruturação e melhoramento do espaço urbano tinha como princípio três pontos centrais: o controle sanitário, o melhoramento ou embelezamento urbanístico e o controle na circulação de pessoas (VAZ, 1994).

Deu-se, assim, a era das demolições, onde o espaço urbano foi cada vez mais transformado em função dos grandes interesses da nova classe emergente no Brasil. Nas áreas centrais, em locais que anteriormente encontravam-se os cortiços, surgem posteriormente

prédios comerciais, casas e sobrados. Esse processo acarretou em um aumento nos valores dos terrenos e aluguéis nesse eixo central, fazendo com que a antiga população que residia nessas áreas sofresse um processo de deslocamento para áreas mais acessíveis economicamente, nas zonas periféricas. Para Vaz (1994, p. 587),

Este processo inerente à modernização urbana foi acelerado pela haussmanização: a separação de atividades e de classes sociais no espaço. A separação moradia/trabalho e ricos/pobres se acelerou com a formação da zona central, das zonas industriais e dos bairros residenciais diferenciados e segregados. Estas áreas se tornaram acessíveis com a emergência dos sistemas de transporte, que reaproximaram o que a modernização distanciou.

Com o processo de revitalização desses centros, as populações expulsas das zonas centrais acabam sendo empurradas para novos “habitats” na parte mais periférica, nos subúrbios. A população que dependia do centro para trabalhar manteve-se próxima, residindo em habitações coletivas, situadas em bairros mais próximos, entretanto, ainda periféricos ao centro (VAZ, 1994).

A partir de 1880 o subúrbio passa a ser uma nova opção de moradia popular, local ideologicamente destinado à população pobre. Ali se podia construir e reconstruir suas casas como bem entendessem, pois vigorava a “liberdade de construção”. Entretanto, com o progressivo aumento demográfico urbano e a necessidade cada vez maior de áreas para construção de novas indústrias, casas e prédios residências, em 1903 o então prefeito Pereira Passos sanciona o decreto que regulamenta as construções e impõe uma série de exigências técnicas, arquitetônicas e legais em novas construções em toda a cidade (VAZ, 1994).

Com a aplicação desse decreto, há, todavia, o encarecimento nas construções urbanas, inviabilizando sua realização por parte dos trabalhadores com precárias condições econômicas. Essa nova medida, que visava uma nova remodelação do espaço, atingiu seu objetivo, pois os trabalhadores que já tinham sido expulsos do centro, e sem condições de se assentarem até mesmo nas áreas mais distantes e mais baratas, viram-se obrigados a ocuparem áreas indesejadas para a construção civil, nesse caso os morros próximos ao centro (VAZ, 1994).

A construção nos morros, de casebres com materiais muitas vezes precários, difundiu-se rapidamente. Dessa forma, pode-se notar os primeiros vestígios das primeiras favelas na paisagem urbana.

3 “O CORTIÇO” NO CONTEXTO URBANO DE SÃO PAULO

O aumento do contingente populacional urbano, no século XIX, também foi visto em São Paulo. A cidade, que até o momento era apenas um modesto centro urbano, transforma-se

no centro da expansão cafeeira. Há, com isso, a necessidade de uma reformulação na organização territorial da cidade.

Em São Paulo, desde o princípio, se estruturou um padrão de segregamento socioespacial. Com a população rica deixando as áreas próximas aos sobrados dos centros das cidades e dirigindo-se para áreas de antigas chácaras, eram construídos nesses terrenos casarões e palacetes neoclássicos, rodeados por muros e jardins, construindo, assim, ambientes de exclusividade e privacidade burguesa (ROLNICK, 1989).

Com a saída da classe rica do centro urbano, essa foi tomada pela população pobre da cidade. Escravos libertos e trabalhadores em geral concentravam-se em cortiços e porões do velho centro da cidade (ROLNICK, 1989).

Para Rolnick (1989), a presença massiva desses trabalhadores nos centros urbanos dava-se em conformidade com o fato de que com a chegada em massa dos imigrantes e sua inserção como mão-de-obra em trabalho mecânicos, que anteriormente era feito por escravos, passa a existir poucas opções de trabalho para a população de escravos libertos e mulatos, sendo uma das poucas opções o trabalho doméstico.

Em 1893 a população imigrante da cidade de São Paulo já somava os 80%, ocupando em sua maioria trabalhos em atividades manufatureiras e artesanais. Em meio a isso, os bairros proletários que surgiam na cidade eram, em sua maioria, constituídos por imigrantes europeus, configurando, assim, o perfil branco dos bairros proletários.

Na São Paulo de 1890 aparecem, portanto, territórios negros específicos. Qualquer um desses quilombos urbanos paulistanos da Primeira República tinha a fama de ser lugar de desclassificados. Sua marginalidade era identificada com a não-proletarização de sua população, o que é imediatamente associado à idéia de desorganização, uma vez que a ocasionalidade da distribuição dos tempos de trabalho e lazer contrasta com a disciplina e regularidade do trabalho assalariado (ROLNICK, 1989, p. 7).

Nesse contexto de marginalidade pode-se observar, sobretudo, a conexão entre habitações coletivas e o termo marginalidade. Esse termo se insere nesse contexto, sobretudo em função do modelo de estruturação socioespacial presentes nessas habitações, um modelo que é contrastante com o modelo vigente nas habitações burguesas.

Na obra *O Cortiço* essa estruturação é claramente retratada, quando se analisa a paisagem espacial e social do cortiço de João Romão. Visto assim, as habitações coletivas apresentam uma forma “intensa de uma vida em grupo não-familiar” e uma intensa relação diária entre esses habitantes, algo extremamente distinto daquilo que se observa nas casas da burguesia. No caso da obra de Aluísio, pode-se observar, nos sobrados de Romão e Miranda,

habitações “familiares, isolada, internamente divididas em cômodos com funções e habitantes segregados” (ROLNICK, 1989, p. 7).

A cidade de São Paulo, de 1899 a 1911, passa, assim como o Rio de Janeiro, por um processo de reestruturação urbana, no caso paulista denominado de “trabalhos de melhoramento da capital”. Assim, como no Rio, as ações de renovação urbana pretendiam construir ou reconstruir espaços destinados à classe burguesa da época, com o alargamento de avenidas, demolição de cortiços, hotéis e pensões, construções de praças e *boulevards* (ROLNICK, 1989).

De uma maneira geral, em meados do século XIX, os dois grandes centros urbanos, Rio de Janeiro e São Paulo, sofreram processos de reestruturação econômica, social e espacial semelhantes. Esses processos consistiram em um primeiro momento no aumento do contingente populacional, responsável pela chegada dos imigrantes europeus, posteriormente, como reflexo a isso, houve um processo de embranquecimento populacional e, por fim, uma redefinição e reestruturação territorial dos centros urbanos. Esses processos visavam, sobretudo, uma adaptação da cidade senhorial-escravista aos moldes capitalistas (ROLNICK, 1989).

Fazendo uma correlação à obra *O Cortiço*, esses processos de reestruturação urbana, citados anteriormente, podem ser percebidos quando analisamos uma passagem do romance, ao qual, logo após o incêndio no cortiço, houve uma maciça chegada de vários imigrantes europeus, sobretudo italianos e portugueses, e com isso uma reformulação do modelo tradicional de construção do cortiço. Houve uma pequena, entretanto significativa, melhoria nas habitações do cortiço; e, por conseguinte, houve também um aumento nos preços dos aluguéis, fazendo com que parte da população em condições econômicas muito baixas fossem residir em outros lugares, outros cortiços mais acessíveis financeiramente.

4 TERRITÓRIOS MARGINALIZADOS EM SÃO PAULO, REALIDADE ATUAL

“O fenômeno urbano manifesta hoje sua enormidade, desconcertante para a reflexão teórica, para a ação prática e mesmo para a imaginação. Sentido e finalidade da industrialização, a sociedade urbana se forma enquanto se procura” (LEFEBVRE, 2001, p. 7).

O processo de urbanização brasileiro é considerado recente. Durante muitos séculos o Brasil era essencialmente agrário. Para Milton Santos, o processo de urbanização se inicia com maior ímpeto a partir do século XVIII, entretanto, “foi necessário mais um século para que a urbanização atingisse sua maturidade, no século XIX, e ainda mais um século para adquirir as características com as quais a conhecemos hoje” (SANTOS, 1993, p. 19).

A partir do final do século XVIII, com a chegada cada vez maior de imigrantes e o início da modificação na estrutura econômica e social do país, começam a surgir os grandes aglomerados urbanos no Brasil. Com um processo de urbanização tardia e sem planejamento, surgem os grandes centros urbanos. Como reflexo de um sistema econômico e social desigual surgem, todavia, cidades desiguais, com vastas áreas de segregação socioespacial.

A cidade de São Paulo é caracterizada por apresentar intensas áreas de desigualdades, que foram construídas desde sua consolidação como metrópole. Sua estrutura socioespacial é composta por uma “ocupação polarizada e desigual”. A partir de 1970 começa a se desenvolver na cidade o fenômeno da periferização, muitas vezes sendo consolidada com a ocupação de loteamentos clandestinos e favelas (BORELLI, 2012).

[...] a periferia seria produto da acumulação econômica e da especulação imobiliária, ou seja, um aglomerado distante do centro, habitado pela crescente mão de obra necessária para o funcionamento da própria dinâmica da acumulação. Nessa ótica, a periferia consistia no espaço da espoliação urbana, quer dizer, da sistemática exclusão das classes trabalhadoras ao acesso aos serviços de consumo coletivo (BORELLI, 2012).

O expressivo crescimento demográfico e o crescimento horizontal dessas áreas marginalizadas acarreta em um aumento progressivo na heterogeneidade das periferias e um aumento em relação à pobreza e vulnerabilidade socioambiental. O processo de marginalização aponta não só para um “recorte de classe social; as próprias formas de acesso à propriedade apontam para uma linha de exclusão racial” (BORELLI, 2012).

Um dos temas pouco estudado que carece grande atenção por parte de vários setores públicos não só da cidade de São Paulo, mas também em todo o Brasil, são as populações indígenas urbanas. De acordo com o censo do IBGE, realizado em 2010, há em todo o território brasileiro um total de 896,9 mil indígenas. Desse total, 40% reside em centros urbanos.

Embora esse percentual de indígenas que moram em cidades seja elevado, existe pouco ou quase nada de ações ou políticas públicas concernentes à questão indígena nos centros urbanos. Isso acarreta maiores dificuldades de ter acesso até mesmo aos seus direitos básicos.

Por uma série de preconceitos decorrentes da dominação cultural, que apresenta raízes históricas, a invisibilidade da presença indígena no espaço urbano ainda persiste. Originada de um longo processo de colonização, as imagens estereotipadas do índio “ligado à natureza”, natureza essa apartada do humano, precisa ser urgentemente superada. Em algumas situações ainda perdura a ideia equivocada de que o indígena “deixa de ser índio” quando está no espaço urbano. Estas imagens ofuscadas e distorcidas corroboram para a ocorrência de ações discriminatórias, tal como a insistência em negar a presença indígena na cidade como legítima (ROSADO; FAGUNDES, 2013, p. 8).

Esse processo de invisibilidade do índio na cidade corrobora não só com a discriminação, mas também com a falta de ações públicas que defendam e contribuam com o modo de vida indígena nas cidades. Sem auxílio dos setores públicos do governo, muitos dos territórios indígenas nas cidades encontram-se em condições precárias. Esse processo se reforça pelo fato de que as políticas indigenistas no Brasil são voltadas quase que exclusivamente para as aldeias rurais. Em muitos casos, ainda perdura a ideia equivocada de que o índio deixa de ser índio quando está inserido em um espaço urbano (ROSADO; FAGUNDES, 2013).

Para a ONU-HABITAT (2009) a urbanização dos povos indígenas ocorre por meio de dois principais processos, o crescimento e expansão territorial das grandes cidades, acarretando em um alcance das terras indígenas e as englobando nas áreas urbanas, e a migração dos indígenas para as cidades.

A migração para as cidades pode ser feita de forma voluntária ou forçada, em muitos casos envolve violação de direitos humanos, como nos casos em que é motivada pela expulsão de suas terras de origem, insegurança econômica, ausência ou precariedade de serviços básicos ou ainda por conflitos armados.

Podemos constatar essa triste realidade a partir do depoimento da índia Pankararé, Alaíde, que veio da Bahia para São Paulo, fugindo do conflito com posseiros:

Os posseiros mataram meu pai, que foi quem começou aquele conhecimento da aldeia. Mataram meu pai. Eu mesma fiquei desgostosa e vim embora para cá [...]. Meu pai viajava, ele ia pra Brasília. Ele que ajeitava os índios e aconselhava todo mundo. Aí os posseiros ficaram com raiva e mataram ele (CPIS, 2005).

Outro depoimento que atesta essa realidade é do índio Pankararu Bino:

Eu não queria que eles [meus filhos] passassem pelo que eu passei. Vivendo de roça, trabalhando em cima das serras, sendo que as terras melhores os posseiros que tinham. Então chega uma hora que a gente planta e vê morrer por causa do sol. Aí a gente cai em desespero. E é obrigado a tentar a sorte na terra dos outros (CPIS, 2005).

No estado de São Paulo a população indígena conta com 41,8 mil pessoas. Desta população, 39,2 mil indígenas vivem fora de Terras Indígenas e/ou em centros urbanos. No quadro nacional, São Paulo é o quarto município em população autodeclarada indígena. Com relação ao quesito de indígenas vivendo em meio urbano, a cidade de São Paulo ocupa o primeiro lugar no país com 11,9 mil índios (CPIS, 2005).

Dados do CIMI (Conselho Indigenista Missionário) e Pastoral Indigenista (n.d.), no estado de São Paulo, encontram-se trinta etnias distribuídas sobretudo na Grande São Paulo e Litoral paulista. Entre elas encontra-se os Atikum, vivendo na zona norte de São Paulo e no litoral, mais de 200 Fulni-ô vivendo em São Paulo, Guarulhos, São Bernardo, Carapicuíba e

Santana do Parnaíba, 700 Kaimbé vivendo em São Paulo e em mais 12 municípios da região, mais de 1.500 Pankararu vivendo em 50 bairros de São Paulo e da Grande São Paulo, cerca de 500 Pankararé vivendo nas zonas leste e norte de São Paulo e em Osasco e Guarulhos, 80 Potiguara nas zonas leste e sul e em Guarulhos, 200 Xucuru do Ororubá na zona sul e em Guarulhos e mais de 400 Wassu Cocal vivendo em São Paulo e em Guarulhos (ISA, 2005).

Ao que tudo indica, a maior parte dos índios que residem na Região Metropolitana de São Paulo é migrante do Nordeste, vivem em condições precárias, sem acesso a serviços adequados de saúde e educação, sem moradia digna e sem condições de plena vivência de suas identidades culturais (CPIS, 2005).

As populações indígenas mais expressivas nesse contexto do cenário urbano paulistano são os povos Guarani Mbya e os Pankararu. Os Guaranis possuem três terras indígenas na cidade de São Paulo, a TI Tenondé Porã, TI Krukutu e TI Jaraguá, todas elas passam hoje por processos de revisão dos limites demarcatórios, haja vista que o tamanho espacial dessas terras é ínfimo, tornando quase impossível a sobrevivência das famílias indígenas nesses terrenos. Os Pankararu são originários do sertão pernambucano, onde vivem em duas áreas indígenas contíguas: a Terra Indígena Pankararu e a Terra Indígena Entre Serras (ISA, 2005).

Os Pankararu iniciaram o movimento migratório para São Paulo na década de 50. Saíam de suas terras, fugindo da seca e dos conflitos com posseiros, na esperança de conseguirem emprego e uma vida mais digna. Formaram vários núcleos populacionais em diversos bairros da periferia da Grande São Paulo (CPIS, 2005).

Atualmente, os Pankararu encontram-se em condições de habitação e subsistência precárias. Depois de muita negociação por melhores condições de habitação, os Pankararu do Real Parque conseguiram dois prédios do Cingapura, nos quais moram atualmente 24 famílias (12 em cada prédio). Os restantes dos Pankararu continuam espalhados nas favelas, onde falta saneamento básico, as casas/barracos são mal construídas e pequenas, onde vivem duas ou três famílias. A maioria dos Pankararu vive de trabalhos esporádicos e não tem carteira de trabalho assinada (CPIS, 2005).

A seguir, a figura 1 mostra a Favela do Real Parque, local onde reside grande parte da população Pankararu. A favela encontra-se localizada no bairro do Morumbi, zona sul de São Paulo, um bairro considerado socioeconomicamente de classe média alta. Por essa ser uma zona com conflitos de interesses, seja por questões de especulação imobiliária, seja por parte da população de classe alta local, os conflitos ali existentes intensificam-se ainda mais.

Figura 1. Vista da favela Real Parque, com prédios do bairro do Morumbi ao fundo, São Paulo.



Foto: Tuca Vieira.

A TI Jaraguá foi reconhecida em 1987 com apenas 1,7 hectares de extensão, configurando-se como a menor TI no Brasil. A falta de espaço acarreta na dificuldade ou até mesmo o impedimento dos quase 700 indígenas que ali vivem de exercerem o “nhandereko” – o modo de vida guarani –, gerando, assim, uma situação de grande vulnerabilidade social à comunidade. Essa situação se agrava com a construção da rodovia dos Bandeirantes, em 1978, que além de cortar a TI ao meio, faz com que o alto fluxo de veículos provoque um aumento no número de acidentes e nos índices de violência da região (ISA, 2015).

Em 2002, após muitos anos de luta e pressão do movimento indígena, inicia-se o processo para a correção dos limites das TIs localizadas em São Paulo, de forma a adequar o espaço das aldeias à definição de terra indígena da Constituição de 1988: “as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições” (CPIS, 2005).

Dez anos depois, em 2012, a Funai aprova o relatório que reconhece 15.969 hectares como parte da Terra Indígena Tenondé Porã e no ano seguinte, em 2013, divulga o relatório de identificação da TI Jaraguá (ISA, 2015). A TI Jaraguá situa-se no Pico do Jaraguá, o ponto mais alto do município de São Paulo (figuras 2 e 3).

Figura 2. Entrada Principal da TI Jaraguá.



Figura 3: Vista do Pico do Jaraguá.



Os povos indígenas nas cidades passam por muitas dificuldades, tanto econômicas quanto de inserção social. Além dos problemas encontrados pela população das periferias de forma geral, tais como escassez de emprego, condições precárias de moradia, violência, falta

de assistência à saúde, também enfrentam problemas específicos, como a invisibilidade perante a sociedade em geral, a desconsideração do poder público, o questionamento de suas identidades étnicas e a falta de um espaço coletivo para suas manifestações culturais (CPIS, 2005).

Apesar do preconceito que enfrentam, muitos dos índios que vivem em São Paulo não escondem sua identidade indígena. Ao contrário, estão cada vez mais reafirmando sua identidade, organizando-se e lutando por seus direitos. Mesmo na cidade conseguem manter algumas de suas festas e cerimônias tradicionais, e utilizam suas vestimentas típicas nessas ocasiões.

Dessa forma, a relação do índio com a cidade se processa na redefinição territorial, “manifesto ora pelos conflitos sociambientais, ora pelos vínculos estabelecidos com as áreas, que se apresentam como espaços de relações sociocosmológicas”. São nesses espaços redefinidos que se desenvolvem as formas de pertencimento e relação com o passado, “e reelaboram suas culturas, diante dos contextos interculturais ao qual se encontram imersos”, produzindo dessa maneira “formas associativas, reunindo raízes locais, laços de solidariedade, autodefinições coletivas, consciência ambiental e singularidades culturais” (ROSADO; FAGUNDES, 2013, p. 8).

Desse ponto de vista, vale ressaltar que uma gestão urbana que pretenda se desenvolver em bases democráticas necessita, sobretudo, considerar a “diversidade de modos de organização social, padrões de ocupação do espaço, formas de sustentabilidade, perspectivas culturais e direitos específicos dos povos originários” (ROSADO; FAGUNDES, 2013, p. 8).

5 CONCLUSÕES

Analisando todos os pormenores referentes à inserção e relação da obra *O Cortiço*, de Aluísio de Azevedo, na vida cotidiana atual, podemos dizer que as características dos ambientes urbanos do fim do século XIX, exposto pelo autor em sua obra, apresentam características semelhantes às encontradas atualmente nas periferias dos grandes centros urbanos. Apesar de todas as transformações políticas, sociais e econômicas que o país sofreu nesses últimos cem anos, ainda há muita desigualdade, de raça, gênero e posição social, que ainda precisa ser superada, ainda resta em nossa sociedade marcas profundas deixadas por heranças da nossa sociedade colonial patriarcal.

Fica evidente também que ser taxado como “pobre” ou “excluído”, em uma sociedade autoritária, implica em um processo de exclusão e privação da sua própria representação e identidade coletiva.

Vivemos ainda, em nossos dias atuais, o cenário descrito na obra *O Cortiço*, em que a pobreza laboriosa e a violência urbana, recorrente em homens e animais, se confundem em todas as circunstâncias.

REFERÊNCIAS

- BORELLI, E. Vulnerabilidades Sociais E Juvenil Nos Mananciais Da Zona Sul Da Cidade de São Paulo. **Revista Katálysis**, v. 15, n. 1, p. 62-69, 2012.
- CANDIDO, A. De Cortiço a Cortiço. **O Discurso E a Cidade**. São Paulo: Duas Cidades, 1993, p. 123-154.
- CHALHOUB, S. **Cidade febril: Cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CPIS-Comissão Pró-Índio de São Paulo. **Índios Na Cidade de São Paulo**. 2005.
- ISA - Instituto Sócio Ambiental. **Os Pankararu em São Paulo**. 2005.
- LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- ROLNICK, R. Territórios negros nas cidades brasileiras. **Estudos Afro-Asiáticos**, v. 17, p. 19-41, 1989.
- ROSADO, R. M.; FAGUNDES, L. F. *Presença Indígena Na Cidade*. Porto Alegre : Gráfica Hartmann, 2013.
- YATZIMIRSKY, M. C. S. Políticas Urbanas, Territórios e Exclusão Social: As Favelas Nas Grandes Cidades - Brasil e Índia. **Revista Estudos Avançados**, v. 23, n. 66, 2009.
- SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. Hucitec: São Paulo 1988.
- SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: EdUSP, 1993.
- VAZ, L. F. Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos — a modernização da moradia no Rio de Janeiro. **Análise Social**, v. 29, n. 127, p. 581-97, 1994.